

COMPLIANCE ZERO

Investigação de fraudes é ampliada

PF aumenta o cerco e mira títulos previdenciários negociados pelo Banco Master que não estavam cobertos pelo FGC

» RAFAELA GONÇALVES

A Polícia Federal (PF) deve ampliar o escopo das investigações sobre a comercialização de títulos pelo Banco Master que ficaram fora da cobertura do Fundo Garantidor de Créditos (FGC). A instituição financeira, que teve a liquidação decretada pelo Banco Central no dia 18 após a PF deflagrar a Operação Compliance Zero, capotou quase R\$ 2 bilhões junto aos fundos de previdência de estados e municípios brasileiros.

No Rio de Janeiro, o Rioprevidência concentra a maior exposição entre os 18 entes federativos que investiram no Banco Master, somando R\$ 970 milhões — quase metade do total aplicado. A proximidade desse volume chama ainda mais atenção porque, semanas antes da aquisição dos papéis oferecidos pelo Master, o fundo estadual passou por uma troca na diretoria de investimentos.

O Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE-RJ) também incluiu o caso na análise. Em relatório recente, antes da liquidação do

banco, o tribunal havia apontado uma “notável coincidência” entre a nomeação de novos diretores do Rioprevidência e o início dos investimentos no Master, sugerindo possíveis alinhamentos internos que ainda precisam ser esclarecidos.

As duas frentes de investigação, da PF e TCE-RJ, agora, correm paralelamente e podem ampliar a responsabilidade de gestores públicos e operadores do mercado envolvidos no esquema.

O Rioprevidência vai receber R\$ 560 milhões de um fundo administrado pela corretora do Master,

em um resgate autorizado ainda antes da liquidação da instituição financeira. O montante será essencial para bancar a folha de novembro dos 242 mil aposentados e pensionistas do Estado do Rio, além da segunda parcela do 13º salário prevista para dezembro.

O fundo em processo de devolução é o Arena, que em maio somava R\$ 1,1 bilhão aplicados majoritariamente em renda fixa. O depósito dos R\$ 560 milhões deve ser concluído na próxima semana. Apesar de as investigações da Polícia Federal sobre a atuação do Master

avancarem, o Rioprevidência ainda mantém recursos em outros dois fundos vinculados ao grupo.

O governo fluminense garantiu que, mesmo com a liquidação do Master, não há risco para os pagamentos de aposentados e pensionistas. Em nota, o Rioprevidência reiterou que “o pagamento dos aposentados não está comprometido”. Para assegurar o equilíbrio das contas em 2025, a Secretaria Estadual de Fazenda deve aportar mais R\$ 1,1 bilhão provenientes dos royalties do petróleo, valores que, desde janeiro, deixaram de entrar

diretamente no caixa do instituto.

Os fundos de previdência de estados e municípios funcionam como grandes investidores institucionais, responsáveis por administrar os recursos destinados ao pagamento futuro de aposentadorias e pensões dos servidores. Eles aplicam esse dinheiro em diferentes tipos de ativos — como títulos públicos, crédito privado, ações e fundos multimercados —, buscando rentabilidade suficiente para garantir que o sistema permaneça solvente ao longo dos anos. Logo, a gestão precisa ser monitorada.



SALÃO DO IMÓVEL

ADEMI BRB

2 0 2 5

É HOJE!

DAS 10H ÀS 20H
NO CENTRO DE CONVENÇÕES ULYSSES GUIMARÃES

OPORTUNIDADE ÚNICA

OS MELHORES IMÓVEIS JUNTOS EM UM ÚNICO LOCAL



ESTACIONAMENTO GRATUITO!

TAXAS A PARTIR DE

10,65%*

AO ANO

FINANCIAMENTO

DE ATÉ **90%***

DO VALOR DO IMÓVEL

*PARA EMPREENDIMENTOS FINANCIADOS PELO BRB

REALIZAÇÃO:



PATROCÍNIO MASTER:



PARCEIROS DE MÍDIA:



APOIO:



Analistas apontam riscos elevados

As regras dos investimentos dos fundos previdenciários seguem limites definidos pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e pela legislação previdenciária, que procuram equilibrar retorno e segurança para evitar riscos exagerados. Apesar disso, especialistas apontam que a transparência sobre onde e como esses recursos são aplicados ainda é limitada para a maior parte dos beneficiários.

Pensionistas e aposentados dependem quase exclusivamente de relatórios técnicos complexos, muitas vezes de difícil acesso e compreensão. “A recomendação é que os servidores estejam atentos e tentem acompanhar de perto as aplicações dos fundos”, explicou Antonio Maciel, contador e embaixador da Associação Brasileira de Planejamento Financeiro (Planejar). “É importante buscar informações, cobrar transparência dos gestores e exigir a divulgação clara dos riscos assumidos.”

A falta de clareza sobre as decisões de investimento abre espaço para escolhas arriscadas, conflitos de interesse entre gestores públicos e instituições financeiras e operações que nem sempre são auditadas de forma independente. Essa

opacidade aumenta a vulnerabilidade dos fundos a irregularidades e a perdas significativas.

Para Maciel, o caso expõe a necessidade de maior transparência e educação financeira para que investidores compreendam os riscos envolvidos na compra de títulos emitidos por bancos médios. “Não existe almoço grátis. Sempre desconfie de taxas excessivamente atrativas, com rentabilidade muito acima da média. Só o fato de ser renda fixa não garante segurança”, alertou.

A advogada Daiana Mendes Mallmann, sócia do escritório Eichenberg, Lobato, Abreu e Advogados Associados e pós-graduada em direito público do estado e em direito e mercado de capitais, destacou que ainda é impossível estimar quanto os fundos de previdência poderão recuperar após a liquidação do Master. “Não há como prever ou medir o quanto será recuperado nessas hipóteses sem conhecer especificamente a situação concreta do banco em liquidação e mesmo o tipo de investimento realizado, pois a qualidade dos ativos e o tamanho do passivo são determinantes nessas hipóteses”, explicou. **(RG)**



Renato Gomes, diretor do BC, recomendou veto à operação do BRB

O diretor que barrou a venda do Master

» ANA MARIA CAMPOS

A um técnico do Banco Central pode ser atribuída a voz mais contundente a rejeitar a operação de compra do Banco Master pelo Banco de Brasília (BRB). O economista Renato Dias de Brito Gomes, diretor de Organização do Sistema Financeiro e de Resolução do BC, responsável pela análise da operação, anunciada no fim de março, manifestou-se contra a transação, o que acabou levando ao veto da diretoria do Banco Central, em setembro.

O veto ocorreu devido aos riscos excessivos de que a operação poderia causar prejuízos ao BRB, quando assumisse os ativos do Master. Cinco meses antes, o BRB havia anunciado a compra de 49% das ações do Master por cerca de R\$ 2 bilhões.

Durante meses, Renato Gomes sinalizava que o veto da operação seria o caminho e entrou em confronto com outros integrantes da diretoria. Por conta disso, houve uma enorme pressão política.

Em abril de 2022, indicado

ainda no governo do ex-presidente Jair Bolsonaro, Gomes recebeu a aprovação de 48 senadores, com apenas apenas seis contrários para a indicação ao cargo na diretoria do BC.

Durante sua sabatina na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, disse que, após a pandemia, vários fatores determinariam o êxito do país no futuro próximo, entre os quais o funcionamento da intermediação financeira: os mercados de crédito, de pagamentos e de capitais.

Segundo a Agência Senado, Ricardo Gomes é bacharel em economia na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), onde também fez o mestrado. Em 2010, concluiu o doutorado na Northwestern University, nos Estados Unidos, e, em 2020, o curso de livre-docência na Universidade de Toulouse, na França.

Com o fim do mandato previsto para 31 de dezembro, Ricardo Gomes deixa o Banco Central em breve, abrindo uma vaga para indicação pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).